



Recebimento: 11/08/2024

Aceite: 22/11/2024

Produção orgânica e processos organizativos: a dinamização da agroecologia através da COPERJUNHO no assentamento 8 de junho, Laranjeiras do Sul-PR

Camila Carneiro Lobato*

Débora Evellyn Olímpio¹Fernanda Gewehr de Oliveira¹Laynara Santos Almeida¹Valdir Frigo Denardin¹

Resumo: A pesquisa se propôs a responder a seguinte questão, como a produção orgânica da COPERJUNHO e a sua forma organizativa promove a agroecologia em seus espaços rurais, a partir de um assentamento da Reforma Agrária? Assim esta pesquisa teve o objetivo de analisar o potencial da produção orgânica da COPERJUNHO e seus processos organizativos que dinamizam a Agroecologia em seus espaços rurais, como forma de compreender os mercados locais, como estão inseridos, verificando a existência de um mínimo alicerce para a comercialização desses produtos, seja através de uma cadeia curta ou mercados institucionais. Essa pesquisa faz parte da dissertação da autora, se caracteriza como qualitativa, sendo um estudo de caso, de natureza exploratória-descritiva, realizaram-se entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores orgânicos da COPERJUNHO. Podemos constatar que, a COPERJUNHO fomentou o diálogo e os princípios de uma agricultura sustentável avançando juntos. A começar pela perspectiva que o assentado adquire, ao se identificar com as bases agroecológicas através de um segmento educativo, a percepção de que pertence a algo significativo a sua vida como agricultor, e que lhe dá um meio de trabalho e renda. A manifestação desse contexto é concretizada por vias específicas, através de uma linguagem informal ou atributos ecológicos.

Palavras-chave: Orgânicos; Cooperativa; Organicidade; Ruralidade.

Organic production and organizational processes: the dynamization of agroecology through COPERJUNHO in the 8 de junho settlement, Laranjeiras do Sul-PR

Abstract: The research proposed to answer the following question: How does COPERJUNHO's organic production and its organizational form promote agroecology in its rural areas, based on an Agrarian Reform settlement? Thus, this research aimed to analyze the potential of COPERJUNHO's organic production and its organizational processes that boost Agroecology in its rural areas, as a way of understanding local markets, how they are inserted, verifying the existence of a minimum foundation for the commercialization of these products, whether through a short chain or institutional markets. This research is part of the author's dissertation, is characterized as qualitative, being a case study, of an exploratory-descriptive nature, semi-structured interviews were conducted with COPERJUNHO's organic farmers. We can see that COPERJUNHO fostered dialogue and the principles of sustainable agriculture advancing together. Starting with the perspective that the settler acquires, when identifying with the agroecological bases through an educational segment, the perception that he belongs to something significant in his life as a farmer, and that it provides him with a means of work and income. The manifestation of this context is concretized in specific ways, through informal language or ecological attributes.

Keywords: Fiscal adjustment; Agrarian counter-reform; Agribusiness; Capitalism.

¹Universidade Federal do Para- UFPR, Brasil. *Autora correspondente: camila.lobatoc06@gmail.com

Introdução

A produção orgânica representa um elemento de agregação de valor ao produto, pois se mostra como incremento nutricional e saudável, apontando qualidade de vida tanto para os produtores, quanto para os consumidores, acordando com a sustentabilidade do meio ambiente com um sistema produtivo ecologicamente correto, em equilíbrio com a dinâmica de desenvolvimento. Nessas narrativas as ações e noções atravessam a necessidade de minimizar os impactos ambientais e as mudanças climáticas, reverberando padrões de consumo mais sustentáveis, corroborando com uma agricultura menos deteriorante dos recursos naturais, estimulando os espaços rurais na constituição da conservação e compensação ambiental (GRISA; CHECHI, 2016).

Nessa perspectiva, há ponderações sobre as dinâmicas territoriais, mercados alternativos e produção orgânica que giram em torno da qualidade nutricional, representando atributos relevantes para alcançar novos mercados e aprofundar laços de confiança entre agricultores e consumidores.

Vale destacar que a produção orgânica vem aumentando ao longo dos anos. Pois se evidencia pelo crescimento das áreas cultiváveis, sendo notado 61,3 milhões de hectares dessa produção entre os anos de 1999 e 2019, assim como o crescimento do número de produtores no mesmo período, de 200.000 para 3,1 milhões (IFOAM; FIBL, 2021, Moura *et al.*, 2023). Em âmbito nacional, salienta-se o aumento de 200% no número de produtores registrados no MAPA entre 2012 e 2019 e o crescimento de unidades produtivas orgânicas, de 5,4 mil para 22 mil entre 2010 e 2019 (MAPA, 2020).

Logo, isso permitiu ao Brasil a posição de maior mercado de produtos orgânicos da América Latina (IFOAM; FIBL, 2020, MOURA *et al.*, 2023). A propensão é que os mercados de orgânicos continuem a crescer, intensificados pelos consumidores, dado que associam produtos orgânicos para aspectos relacionados à saúde, bem-estar e qualidade de vida (MOURA *et al.*, 2023), quanto uma agricultura que se sustenta ao se ver livre de agroquímicos, ao fortalecer a responsabilidade ambiental, levando em consideração a viabilidade econômica e equidade social (SANTOS; SCHMIDT; MITHOFER, 2020).

No Brasil, existem distintas formas de produção agroecológica, sendo a agricultura familiar, em sua maioria, a que detém a representatividade por tal sistema produtivo, por privilegiar um enfoque sistêmico, através da conservação dos recursos naturais, da biodiversidade, dos ciclos biológicos e da qualidade de vida. O procedimento de regularização da produção orgânica no país segue as normas da Lei 10.831/2003 que trata sobre a definição e o estabelecimento das condições obrigatórias para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica (MOURA, 2017). Esta lei, contudo, somente entrou em vigor em 27 de dezembro de 2007, com a publicação do decreto nº 6.323, o

qual estabelece as formas de como os produtos orgânicos podem adquirir a certificação (MOREIRA; BECKER, 2018).

Dessa maneira, evidenciamos o protagonismo da agricultura familiar entrelaçada nas dinâmicas de produção orgânica e/ou agroecológicas para o fortalecimento de sistemas agrícolas sem agroquímicos, sobretudo, porque visa uma agricultura alternativa, com a utilização de técnicas de manejo e conservação que preservam a biodiversidade, por meio de uma relação com a natureza, respeitando o solo e aos outros recursos naturais, visando o reconhecimento e a qualidade de vida das famílias no meio rural (DIEDRICH, BIONDO; BULHÕES, 2021).

No cenário brasileiro, sobretudo no espaço rural, desde os anos 1980 se dialogava sobre uma agricultura alternativa, sendo acompanhada e sistematizada com experiências na área e procurava envolvimento nas dinâmicas de elaboração e execução das políticas públicas. No final dos anos 1990, essas ações sobre uma agricultura alternativa foram ressignificadas, reorganizadas e intensificadas em volta da Agroecologia, com organizações emergentes atuando nos espaços acadêmicos, políticos e institucionais (GRISA; CHECHI, 2016).

As explanações utilizadas por estes sujeitos atravessam, dentre outros eixos, a afirmação dos impactos do uso de agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente, dos perigos para a soberania de povos e para a sociobiodiversidade da existência e o fortalecimento de um sistema agroalimentar centralizado em poucas empresas multinacionais; e das ameaças para o desenvolvimento social e sustentável da propagação de um modelo de agricultura centrado no acúmulo de terras e o uso intenso dos recursos naturais (ENA, 2014).

A ideiação da Agroecologia surge como uma contraposição a essas ameaças. Neste cenário foi apontado o diálogo sobre a produção orgânica, emergida nas discussões sobre meio ambiente, saúde, e desenvolvimento econômico e social. Este debate estando próximo à Agroecologia, assumiu práticas, dinâmicas e narrativas similares aos que são reivindicados por organizações, e não raro - por outra perspectiva - reverbera uma nuance de "convencionalização" que, como Nierdele e Almeida (2013, p.25), ressalta em um "processo de apropriação dos valores e práticas agroecológicos, reduzindo-os a procedimentos de manejo dos agroecossistemas (a agricultura orgânica) que podem ser conduzidos nos moldes muito similares àqueles encontrado na agricultura convencional.

Especialização, aumento de escala e substituição de insumos constituem os preceitos básicos deste processo." Neste cenário, os pressupostos que defendem e fortalecem produtos orgânicos salientam demandas dos consumidores, como um nicho de mercado devido às preocupações com

a saúde e práticas menos degradantes ao meio ambiente (GRISA; CHECHI, 2016).

Visto o crescente aumento de feiras e espaços em que a oferta de alimentos mais saudáveis se construía, além do fortalecimento da referida lei da produção orgânica, que vem avançando em relação à proteção do consumidor (ASTURIAN; MARTINS, 2021). Nesse sentido, o consumidor identifica o produto orgânico através do selo ou por meio da declaração de cadastro do produtor orgânico familiar, assim como os mercados e lojas devem exibir no rótulo do produto o referido selo.

Dessa forma, a ressignificação da agricultura pela adesão de princípios mais sustentáveis de produção, transita também pela percepção dos consumidores e pela significância disso na vida em sociedade, em aspectos de valorização da regionalidade e de sazonalidade na escolha dos alimentos orgânicos. Essa ressignificação conseguiu ser salientada perante a atuação das manifestações das bases agroecológicas no contexto da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho- COPERJUNHO. Iremos contextualizar esse cenário na segunda seção desse trabalho.

A cooperativa nasceu institucionalmente sob o slogan “Alimentação saudável”. Nesse âmbito, os cooperados se depararam com formas e conexões diferentes sobre os processos e as relações dentro da organização, pois possuem distintos aspectos entre si, ao mesmo tempo em que objetivam uma mesma finalidade, ou seja, buscam uma conjuntura expansiva, na qual, todos possam usufruir de elementos benéficos. Nessa abordagem, dentro do entendimento agroecológico da cooperativa, o processo de certificação orgânica ocorreu de maneira participativa.

Conforme Brasil (2016) esse sistema participativo de garantia é um meio que os próprios envolvidos no processo produtivo, incluindo os consumidores, constituem normas e regulamentos próprios, com objetivo de testar a origem e a adaptação dos produtos por eles produzidos, conforme as regulamentações da produção orgânica. Nesse aspecto de regulação, quem concebe a garantia de qualidade do produto orgânico é o próprio agricultor, em conjunto com a sociedade.

Mesmo que o número de agricultores que detêm a certificação seja pequeno, quando se conquista esse patamar, está cumprindo sua proposta socioambiental em conjunto com a sociedade. Essa garantia está baseada nas relações de confiança entre agricultor e consumidor. Esses agricultores devem assentir que os consumidores visitem seus espaços produtivos, para que consigam analisar o que se produz e de que maneira. Assim como permitirem a fiscalização de outros órgãos em suas propriedades quando for necessário (BRASIL, 2016).

Além disso, devemos compreender as práticas dos agricultores em relação a sua inclusão aos mercados e a comercialização da produção, Schwab *et al.* (2022) aponta como um avanço pelo conhecimento nessa temática, permitindo delinear um novo espaço para a pesquisa em conformidade com as demandas por produtos mais saudáveis e de qualidades distintas numa sociedade que está buscando uma nova relação com a própria saúde e o meio ambiente.

Embasado por essas considerações, a autora indaga como os agricultores familiares que adotam dinâmicas produtivas sustentáveis para a produção de alimentos mais saudáveis, orgânicos e agroecológicos, podem colaborar para o crescimento da oferta desses alimentos e de que maneira se integram aos mercados agroalimentares? (SCHWAB *et al.*; 2022).

Nesse sentido, a constituição de mercados orgânicos envolve um cenário de estratégias coletivas. Assim, os mercados devem ser analisados sob a ótica institucional, social e histórica, indicando construções sociais ao longo do tempo. Dessa forma, as formas associativas e cooperativistas estão gradualmente se fortalecendo nesse contexto, como meio coletivo de reprodução social. Esse direcionamento foi assimilado e materializado na produção orgânica na COPERJUNHO.

A pesquisa se propôs a responder a seguinte questão, como a produção orgânica da COPERJUNHO e a sua forma organizativa promove a agroecologia em seus espaços rurais, a partir de um assentamento da Reforma Agrária?, assim esta pesquisa teve o objetivo de analisar o potencial da produção orgânica da COPERJUNHO e seus processos organizativos que dinamizam a Agroecologia em seus espaços rurais, como forma de compreender os mercados locais, como estão inseridos, verificando a existência de um mínimo alicerce para a comercialização desses produtos, seja através de uma cadeia curta ou mercados institucionais. Por fim, apresentar as percepções dos produtores familiares, e suas perspectivas e desafios ao que se enfrenta no mercado para a comercialização de seus produtos.

Além dessa introdução, o texto apresenta duas seções e as considerações finais. Sendo a primeira discorrendo sobre o surgimento do Assentamento 8 de junho e seus processos organizativos num entendimento agroecológico e na segunda sobre a dinâmica da COPERJUNHO e a promoção da produção orgânica como sustentabilidade ambiental e identitário. Na metodologia descrevemos os caminhos que delinearão esse trabalho, a formas de abordagem e o número de entrevistados que se disponibilizaram a dissertar sobre seus modos de vida frente ao atual modo de agricultura.

Materiais e métodos

A presente pesquisa está classificada numa perspectiva qualitativa. Sendo caracterizado como um estudo de caso. Levando em conta o método

de classificação de estudo apontado por Vergara (2013), que caracteriza a pesquisa no que tange a dois panoramas, no que se refere aos fins e aos meios. Quanto aos fins, o presente trabalho se caracteriza pela natureza exploratória-descritiva, compreendendo o aprofundamento do tema de maneira teórica que se relaciona com a realidade. Quanto aos meios, o trabalho foi delineado a partir de bibliografia e campo.

A pesquisa foi realizada junto ao grupo de orgânicos da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho- COPERJUNHO, do Assentamento 8 de Junho. Nesse cenário analisado compreende o município de Laranjeiras do Sul/PR. O município possui uma extensão de 673,6 km² com uma população de 32.227 habitantes no último censo realizado em 2022 e possui as coordenadas geográficas latitude 25° 24' 40" sul, longitude 52° 24' 42" oeste (IBGE, 2022).

A pesquisa realizada enunciou que a Coperjunho e os seus integrantes estavam no momento da pesquisa com a participação de poucas famílias, além da intensidade da pandemia Coronavírus (Covid-19) que deixou impactos irreparáveis, o que afetou também esta pesquisa no que se refere aos aspectos de entrevistados e distâncias geográficas, já que os mesmos habitam o meio rural, dificultando acesso pelo fato da pausa no transporte público, sendo que a pesquisadora se deslocava através de uma bicicleta e com muito percalços conseguiu a autorização de poucos entrevistados para esta pesquisa, visto que optaram pelo distanciamento pessoal. Sendo assim, o produtor é identificado como agricultor 1, 2, 3 e 4.

Como instrumento de pesquisa foram realizadas entrevistas com os convidados (18/11/2020) e (03/07/2021), integrantes do grupo de orgânicos com o auxílio de um gravador e, posteriormente, transcreveu-se para um questionário. Os participantes convidados disponibilizaram-se a relatar sobre pontos cruciais sobre o assentamento e o funcionamento da cooperativa. As entrevistas se sucederam visto a disponibilidade de sujeitos do grupo que se disponibilizaram a discorrer sobre o contexto, bem como, em decorrência do cenário pandêmico e sua intensidade sobre a sociedade, dessa forma, tomamos o máximo cuidado na abordagem e com os sujeitos envolvidos.

Foi abordado o histórico do assentamento e da cooperativa, como parte da dissertação de mestrado da autora, sendo realizado junto ao grupo de orgânicos da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho, e do respectivo assentamento. Apontando o surgimento, funcionamento, problemas e dificuldades que esses agricultores já enfrentaram e ainda enfrentam até os dias atuais. As perspectivas e possíveis soluções frente à expansão do agronegócio no contexto atual, de modo a reinventar seus processos produtivos com produtos de base agroecológica, visando o alcance que isso tem atingido, seja pelas conquistas de políticas públicas, como também, pela própria organização como categoria e analisando a real conjuntura da cooperativa atualmente. Foi

elaborado um roteiro para direcionar o diálogo, além de observações *in loco* e pesquisas documentais através de bibliografias disponíveis.

Assim, foi fundamental realizar uma pesquisa a campo em local pré-estabelecido e acordado com o participante. Tendo em vista a situação da pandemia do coronavírus (COVID-19). Conduziu-se a entrevista tomando as devidas medidas restritivas de distanciamento social.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS), sob o número de parecer 4.312.662. O participante teve esclarecimento sobre os meios aplicados relacionado as entrevistas e outras informações cabíveis ao pesquisado, bem como foi convidado a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), além das entrevistas para pesquisa e publicação, na perspectiva de sempre preservar o anonimato dos entrevistados e a instituição.

Resultados e discussões

Assentamento 8 de junho

O Assentamento 8 de Junho teve sua origem no dia 8 de Junho de 1997, quando duzentas famílias se uniram organizadas através do MST e acamparam no km 407 da BR-158 no município de Laranjeiras do Sul - PR. Essas famílias ocuparam a Fazenda Rio Leão, onde posteriormente tiveram que deixar o local e retornar para as margens da BR-158. Nessa movimentação ocorreu uma diminuição da quantidade de famílias, as quais foram para outras áreas ou assentadas em outros acampamentos. Um ano após, em 18 de novembro de 1999, na referida fazenda com uma área de 1.477,44 ha, esses agricultores foram desapossados através do Incra para a instalação do assentamento 8 de Junho com 74 famílias assentadas (IPEA, 2016).

Como forma de elucidar a afirmação, um dos agricultores relata o início do acampamento apontando:

Então começou com 17 famílias que veio de lá, aqui começou dia 8 de Junho de 1997, dia 20 de Junho eu vim pra cá com a minha família e no curto tempo a gente chegou a ter 200 famílias, depois alguns desistiram, outros foram para outros assentamentos[...] e nós permanecemos, teve uma ajuda grande, mútua das famílias. Agricultor 1.

Dos 74 lotes que o assentamento possui, somente 71 são unidades produtivas dos agricultores, sendo três designados para a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul - PR. Os assentados que viviam nesses lotes foram transferidos para o assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu - PR. A existência da universidade inserida no assentamento era um antigo projeto

de lideranças políticas de Laranjeiras do Sul - PR e outros municípios vizinhos, sendo de grande importância nas reflexões de desenvolvimento regional (COCA, 2016).

O envolvimento da comunidade na conquista da UFFS foi essencial no processo de implantação da instituição. Logo, ele enfatiza essa relação em um dos trechos:

É, diretamente sim[...] o assentamento se envolveu desde o início[...] desde as primeiras conversas sobre a UFFS. As reuniões praticamente da conquista da universidade, foi dentro do assentamento[...] lá no pavilhão[...] as reuniões mais importantes[...] sobre a questão da nova universidade foi feita no salão do 8 de Junho[...] então, a comunidade se envolveu diretamente e também na questão da universidade vim aqui para o assentamento. Agricultor 1.

Foi levantado sobre a questão da disponibilidade dos lotes e os acordos feitos entre as famílias para a constituição da universidade como ele retrata:

A gente fez aqui uma discussão interna, três famílias disponibilizaram três lotes[...] então, a gente fez essa campanha interna[...] duas famílias foram realocadas para Quedas do Iguaçu e uma internamente a gente realocou[...] mas teve a participação aqui da comunidade na conquista da UFFS. Agricultor 1.

O produtor aponta uma indagação, na qual, sua fala mostra a importância da localização da instituição, além de abordar o nível de escolaridade de outros agricultores como uma dificuldade para discutir assuntos inerentes à instituição. Contudo, ele ressalta que foi um êxito a instalação da universidade para a comunidade:

A questão mais de localização[...] até porque essa questão mais legal[...] porque se tu pega o nível de conhecimento da gente[...] pra tá discutindo uma universidade, era muito pouco, então era mais localmente. Nós aqui quando tava acampando, 200 famílias[...] nós tinha dois só que tinha segundo grau[...] e a grande maioria tinha só o primeiro grau[...] uns o primário, da 1º a 4º série e tinha os analfabetos[...] então pra tá discutindo uma universidade, a gente não tinha muito claro, o que que é, o que vinha somar a universidade, mas foi uma grande conquista pra nós. Agricultor 2.

Assim, esse processo de implantação marcou uma fase de evolução e notoriedade do assentamento e de seus atores, bem como, a região em que está inserida nesse processo de desenvolvimento regional, pois a agregação

de uma universidade traz o fomento para o direito à educação como um todo, assim como a expansão do alcance de políticas com foco agrícola.

Ainda, se discutiu sobre a relação da Agroecologia e a sua utilização nos seus processos produtivos e forma de vida no contexto inicial do assentamento, evidenciando aqueles que introduziram um delineamento de um meio de vida e de produção mais sustentáveis, além de salientar os que trabalhavam de forma convencional e os fatores de viabilidade econômica, os quais, são apontados como um desafio pelo agricultor, considerando o retorno imediato e a escala produtiva adotada pelos distintos produtores:

Na época teve alguns a mais[...] nós tinha um grupo de 10 a 15 famílias que trabalhava com a agroecologia, mas não durou muito tempo[...] foi ficando estes que tinha como meta de vida, que gosta mesmo[...] você é o que come né[...] quem trabalha com produto agroecológico, tem diversificação do produto[...] diferente de quem tá no assentamento e tem no lote[...] ou é vaca de leite ou é soja[...] não tem um pé de verdura[...] então, vai buscar tudo no mercado. Então é outra lógica, esse pessoal que trabalha com orgânico tem galinha, porco, gado, a horta[...] diversificado[...] O pessoal estava bastante preocupado com a questão do leite[...] sendo só a vaca[...] ai tem o milho[...] ração[...] essas coisas com esses preços (alto) [...] depois tem que vender as vacas[...] nós aqui temos as vacas, vendemos queijo orgânico, mas as vacas comem capim, não come ração. Agricultor 2.

Hoje, as 71 famílias assentadas levam em seu histórico uma grande luta, onde, em seu nome, levam o símbolo de perseverança e a luta pela educação. Uma educação que melhore a qualidade de vida e amplie a capacitação e formação, onde garanta a sobrevivência e permanência na terra, assim como, a geração de renda.

Pois, nessa luta pela Educação do Campo percebe-se um modelo de sociedade e produção agroecológica. Essa articulação levou os assentados a se organizarem em forma de cooperativa. Assim, a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO) foi fundada em 2007, configurando-se como referência no estado, oferecendo à seus cooperados qualidade de vida, além de alimentos de base ecológica para a região (AMORIN, 2017; IPEA, 2016).

Nesse contexto, fica evidente que a luta desses assentados foi essencial para se organizarem, tanto no contexto produtivo, como nas relações sociais, pois através dessa articulação e princípios, a cooperativa mostra

como a ação coletiva pode garantir o desenvolvimento social e econômico de seus cooperados e, da região em geral, de forma sustentável.

Em quase dez anos de existência, o assentamento constituiu uma associação de agricultores agroecológicos e uma associação de mulheres que, posteriormente, iria se tornar cooperativa. Instituiu uma associação coletiva social, esportiva e cultural, além de criar outra para administrar os equipamentos usados conjuntamente. Nesse sentido, tem-se uma forte atuação no MST, sendo o primeiro assentamento a sediar uma universidade federal (PAIXÃO, 2014).

Em relação aos assentamentos, Medeiros e Fiorentin (2015, p. 14) salientam que “[...] surgiram como uma nova alternativa, um conjunto de pequenos territórios, em espaços contínuos e/ou descontínuos, mas vistos como partes integrantes de um sistema maior [...]”. Logo, estabelecem projetos de desenvolvimento local, com as suas dinâmicas, modificando os espaços do território onde são instalados, como o caso do Assentamento 8 de Junho. Complementando essa afirmação, Fernandes (1998, p. 22) aponta que:

A ideia de assentamento está diretamente relacionada a de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência; integrados ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a manutenção de sua existência. Nesse sentido, a terra é também o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo socioespacial, onde se expressam as dimensões dos interesses da classe.

É nesse cenário que esses espaços são dinamizados pelas distintas relações desenvolvidas. Esses indivíduos se integram a um processo socioespacial, onde exprimem as dimensões da categoria. Dessa forma, a Reforma Agrária surge como uma via para assentar as famílias que não possuíam terra, como forma de garantir a produção e a reprodução social.

Os espaços onde os assentamentos estão inseridos, são permeados por transformações significativas em âmbito local, pois há a diversificação no sistema produtivo, a conquista de mercado e o fortalecimento político dos produtores. E, com a implantação dos assentamentos de Reforma Agrária, se evidencia uma nova organização socioeconômica e política, mostrando que a terra é caracterizada como mais que um elemento da produção agrícola. Ela é uma perspectiva que se concretiza na sobrevivência da família e na constituição de uma vida digna. Dessa forma, o entendimento da organização social da COPERJUNHO, instituída por assentados da Reforma Agrária, necessita

de uma análise teórica que distingue a concepção de agricultor e acarrete na compreensão da lógica da organização interna do grupo de agricultores, tal como elucidar o conceito da classe agricultora que está representada no contexto do capitalismo.

Posto isto, nas estratégias entre a agricultura familiar e a Agroecologia, aponta-se a discussão essencial entre teoria e prática, pois nelas estão o elo de uma construção que pode facilitar o desenvolvimento de concepções e parâmetros, consolidando a ideia da expansão do movimento através desses sujeitos. Logo, a Agroecologia se expressa através desse diálogo entre esses dois aspectos, teórico e prático, onde inicia-se sua grandeza social, se consolidando nas ideias que são concretizadas nas ações sociais desses agricultores.

Se o diagnóstico do agroecossistema é mediado pelos segmentos sociais, o pesquisador necessita discutir de forma igualitária com o conhecimento local, produzido pelos agricultores familiares. A Agroecologia viabiliza-se neste processo de constituição de instrumentos de defesa do conhecimento local, mas, também, participando desses movimentos e colaborando com as demandas sociais e éticas desses sujeitos locais, que procuram o domínio dos recursos sobre sua identidade.

Portanto, o entendimento agroecológico dos agricultores nos assentamentos de Reforma Agrária pode ser compreendido no cenário dos espaços produtivos, da sua organização, englobando elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e simbólicos que se movem e compartilham mutuamente. Nessa compreensão se situam as interações COPERJUNHO ligada ao Assentamento 8 de Junho, cujas particularidades se destacaram pela grandeza econômica da produção orgânica entre seus cooperados, assentados e filhos de assentados formados no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Cooperativa agroindustrial 8 de junho

É possível observar que a ruptura com as grandes elites proporcionou a esses agricultores o direito e autonomia de suas propriedades, além de institucionalizar a função social da terra através da luta coletiva e a constatação de melhorias de desenvolvimento territorial baseada na Agroecologia. Esse movimento mostra a lúcida intencionalidade do protagonismo da agricultura familiar, evidenciando sua ampla transformação na sociedade.

Dessa maneira, a cooperativa iniciou seus trabalhos com a organização de mulheres a partir de uma panificadora e beneficiamento de alimentos em geral. Em detalhes, a organização foi instituída baseada na disposição de atividades produtivas coletivas através de um grupo de mulheres e jovens do assentamento, que se sistematizaram no processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato. Em sua implantação, em

2005, por meio de uma cozinha comunitária, o processo foi expandido não somente para a subsistência das famílias assentadas, como também, para o mercado institucional. Através da Associação Comunitária do Assentamento, eles acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para efetivar sua atuação nessa política pública, a COPERJUNHO foi criada em dezembro de 2007 (ASTURIAN; MARTINS, 2021).

Sendo assim, pode-se compreender as formas de conhecimento local dos agricultores como fortalecedores das biodiversidades ecológicas e socioculturais em seus experimentos produtivos. Isto é, mudanças geridas de ações político-produtivas. Assim, essa organização que nasceu de um grupo de mulheres, foi se instituindo ao longo do tempo, para o alcance de um mercado institucional, concebendo a COPERJUNHO um exemplo de autonomia.

Deste modo, ela movimenta a economia local com produtos de qualidade, onde são comercializados no mercado municipal de Laranjeiras do Sul - PR, município sede da cooperativa, lugar que é marca de um trabalho coletivo desempenhado com solidariedade, equidade e seriedade, proporcionando uma gama de benefícios à sociedade. Além de trabalhar na produção de laticínios, com a feira de produtos agroecológicos, fornecimento de merenda escolar e, também, com um laboratório de homeopatia (IPEA, 2016).

Para entendermos a importância do assentamento e da cooperativa, é essencial elucidar o papel que esses sujeitos representam na região, visto as interferências conjuntas que os mesmos têm realizado. Desse modo, uma parte do processo está apresentado em alguns trechos de um documento da COPERJUNHO, como o Ipea (2016, p. 29) aponta na constituição das primeiras iniciativas organizadas pelos assentados, a distribuição de tarefas e estruturação das atividades no assentamento em um trabalho coletivo, sobretudo com mulheres à frente da concretização da cooperativa:

O espírito de cooperação sempre esteve presente nas famílias. Num primeiro momento, na luta pela sobrevivência no acampamento organizando diversas atividades de solidariedade como: realização de refeições coletivas, cuidados com as crianças, confecção de agasalhos e de artesanatos, elaboração de medicamentos fitoterápicos, apresentações culturais, festas comemorativas etc. Com o assentamento 8 de Junho criado, as famílias se distribuíram nas unidades de produção, consolidando as linhas de produção agropecuária, que basicamente foram grãos e leite. Nesta fase do assentamento é normal que haja uma individualização do trabalho, onde cada família busca viabilizar-se no lote e estruturar suas atividades produtivas. Contudo, um grupo de mulheres tinha a vontade de estruturar alguma atividade produtiva coletiva, primeiramente se organizaram em um clube de mães, onde realizaram diversos cursos, como processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato.

Assim, como forma de concretizar a instituição da cooperativa através da obtenção de equipamentos para uma cozinha comunitária no assentamento e alcançar mercados institucionais com o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, os assentados conquistaram um grande espaço para a construção social e oportunidade de expansão comercial. Isso foi, de fato, o princípio de uma abertura para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento, assim como uma conquista política, conforme o Ipea (2016, p.29) ainda ressalta:

No ano de 2005 o grupo recebeu equipamentos para uma cozinha comunitária da Secretaria Estadual de Trabalho. A produção começou com três mulheres, que, além de produzirem para o consumo da comunidade, começaram a entregar os produtos para as escolas municipais, e assim através da Associação Comunitária do Assentamento acessaram pela primeira vez o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Rapidamente a padaria conseguiu evoluir alcançando um volume de trabalho maior, abrangendo oito mulheres no ano de 2006. Tendo em vista os impedimentos legais de uma associação realizar atividades comerciais, no dia 12 de dezembro de 2007 foi constituída a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Coperjunho). A cooperativa tem definido como seus princípios: direção coletiva, desenvolvimento social, formação, capacitação e organização dos (as) associados (as), sustentabilidade, igualdade, agroecologia.

Segundo Asturian e Martins (2021), é nesse cenário que a COPERJUNHO, formada por assentados organizados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vai integrando a Agroecologia aos seus princípios e se concretizando baseada no engajamento de um grupo de assentados de produção orgânica certificada. Complementa-se o processo de sucessão familiar em seguimento na organização cooperativa, dado que a constituição de seus dirigentes e associados se faz também pelos filhos dos assentados.

Nesse sentido, o entendimento da Agroecologia, bem como a adesão de estratégias para a integração da produção orgânica certificada no mercado, tem como uma das vias para esse ponto a realização de cursos no Pronera, como forma de capacitação e apoiados pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado do Paraná tendo a possibilidade de concretizar, além do segmento familiar na cooperativa, a oportunidade de estruturação da produção orgânica.

Esse processo de capacitação foi essencial no crescimento dos assentados por meio do Pronera como forma de incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas e outras noções do cenário agrícola, assim como, no seguimento de sucessão familiar no meio rural. Apesar dos benefícios que esse âmbito acarretou, salienta-se as dificuldades da permanência do jovem no campo. Contudo, no caso desta pesquisa, o entrevistado destaca a continuidade dos

jovens no assentamento, por conta da proximidade com o meio urbano, pois acredita que essa interação entre campo e cidade pode fortalecer as relações mútuas. Com isso, um dos entrevistados aponta:

Com certeza ajudou muito, principalmente diretamente ali junto com o Ceagro[...] boa parte dos nossos jovens se formaram em Técnico Agrícola[...] Administração[...] foi tudo em conjunto do Ceagro[...] Ele foi um incentivo bom[...] Eu acho que essa questão da sucessão familiar[...] a gente tem um pouco de dificuldade[...] nós aqui como família tentou colocar a agroindústria para manter aqui, mas automaticamente ninguém vai ficar a vida toda ali[...] tirando leite[...] alguma coisa, se não tiver dando retorno bom[...] o jovem precisa uma alternativa de renda[...] muitas vezes tem assentamento distante[...] não tem energia[...] o mundo mudou[...] Aqui ainda tem[...] ainda consegue manter pela proximidade da cidade, não faz diferença[...] morar aqui ou em Laranjeiras, dá 5 minutos (de carro) [...] tá perto[...] ainda tem bastante jovem no assentamento. Agricultor 3.

Conforme Simão (2023) as políticas públicas são uma importante ferramenta de ação governamental para tratar de entraves sociais, econômicos, ambientais e políticos. Essas políticas, como aponta a autora, são delineadas embasadas nas carências e demandas da sociedade e são efetivadas através de programas, linhas de financiamento e leis. Logo, Torrens (2013), aponta que as “políticas públicas são princípios norteadores da ação do Poder Público, e são diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais”.

As políticas públicas de agricultura familiar no Brasil, segundo Simão (2023) tem três gerações. A primeira geração, teve finalidade da constituição de um referencial agrícola e agrário, iniciando por volta da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual instituiu políticas específicas para o acesso a crédito rural, benefícios de preços e produção. A segunda geração teve como objetivo as políticas sociais e assistenciais. Os feitos desse período foram o PRONAF Infraestrutura e Serviços municipais, a Safra Garantida, o Programa Nacional de Habitação Rural- PNHR e o Programa Bolsa Escola (SILVA et al., 2018).

A terceira geração é assimilada pela concretização de uma vasta variedade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, resultando em uma nova relação de mercado para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. As medidas fundamentais que ligaram os aspectos de segurança alimentar e sustentabilidade foram a constituição do PAA e a mudança do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual tornou obrigatória a

direção de um percentual mínimo de seus recursos para a compra da produção da agricultura familiar (SIMÃO, 2023).

No contexto atual, pode-se dizer que há uma quarta geração de políticas públicas para a agricultura familiar, que seria o desmonte das mesmas, dado que no período de 2015 a 2022, acompanhamos a redução dos recursos, extinção de órgãos de apoio e encerramento de programas e ações essenciais na esfera federal (SABOURIN; CRAVIOTTI; MILHORANCE, 2020). No entanto, a partir de 2023 se tem a reconstituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDAAF) que pode ser capaz de restabelecer diversas políticas desse contexto.

Dessa forma, Cabral (2021) salienta que essas políticas podem ser essenciais para promover um mercado crucial para os agricultores familiares, ao passo que contribuem para garantir a segurança alimentar e nutricional. Esses programas retratam um importante investimento social do governo quando realmente são efetivadas, pois além de colaborarem para a manutenção da qualidade de vida no meio rural, contribuem para a promoção da igualdade social e a redução das desigualdades regionais.

Logo, nesse intrincado elo das políticas públicas, conforme Asturian e Martins (2021), a cooperativa apresenta três grupos de famílias produtoras ligadas ao sistema produtivo. O primeiro grupo são as famílias assentadas com a produção orgânica; o segundo são as que estão em transição agroecológica e não certificadas; e o terceiro são as famílias que ainda estão na produção convencional. A produção possui certificação orgânica com o selo "Orgânico Brasil" por um processo coletivo através da Rede Ecovida², onde, para chegar a este nível, necessitou-se da organização e conscientização, visto que é um modelo de verificação manuseado pelos próprios cooperados e a Rede. Das 71 famílias assentadas, 30 dessas famílias eram associadas em uma totalidade de 51 sócios até o ano de 2017 (ASTURIAN; MARTINS, 2018).

Constatou-se em 2016 que 14 famílias tinham o sistema produtivo certificado de forma participativa, sendo 6 consolidados e 8 em processo de transição. No entanto, em agosto de 2017 observou-se que apenas uma família que estava na produção orgânica certificada tinha deixado o processo, ao mesmo tempo em que as famílias (6) que estavam em transição decidiram deixar o processo também (ASTURIAN; MARTINS, 2021).

Por isso, a observação desse processo redutivo do sistema produtivo orgânico da cooperativa torna-se decisivo para reconhecer os limites e desafios da produção, havendo um componente principal, o parecer dos próprios

² Rede Ecovida se materializa baseada na identidade e no reconhecimento histórico por meio de Ong's e outras entidades formadas por agricultores familiares instituídas na região Sul do Brasil. Tem como missão assegurar a identificação popular e dinâmica para ter seguimento no estabelecimento histórico da Agroecologia, considerando as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

agricultores, para assim, destacar as possibilidades que possam fortalecer o processo no contexto agroecológico. De qualquer forma, constatou-se que os produtores que estavam em processo de transição agroecológica foram os mais afetados, devido ao regresso de políticas públicas e estagnação econômica. O cenário também aponta o envelhecimento dos dirigentes familiares, o que torna ainda mais desafiador o contexto. Contudo, o aumento da participação dos jovens na gestão dos lotes, como também da cooperativa, assegurou a estabilidade desse quadro.

Por um lado, isso indica a relevância de aspectos de mercado e a institucionalização do sistema produtivo através da organização da produção orgânica certificada. Por outro, expressa um empenho que retrata a representação do coletivo, sobretudo, das mulheres e jovens para a concepção significativa da marca COPERJUNHO. Essas duas conjunturas evidenciam o slogan “Alimentação Saudável” e os rótulos de suas embalagens apresentam um contexto com as particularidades da organização social, com entraves e perspectivas.

Ao elucidar os mercados institucionais, Assunção e Wander (2019) corroboram que eles são determinados como as políticas públicas que implicam na aquisição de alimentos da agricultura familiar em todos os cenários governamentais. Esse tipo de mercado se deu diante da carência de integração dos agricultores familiares que não acessam ao mercado, seja por aspectos geográficos ou competitividade de suas dinâmicas produtivas (CÓRDOBA et al., 2018). Assim os mercados institucionais nasceram como uma forma de envolvimento da agricultura familiar, através da comercialização direta pelos agricultores, no âmbito governamental para atender as demandas e necessidades dos programas oficiais voltados à alimentação (ZAREMBSKI, 2015).

Desse modo, as duas principais movimentações dos mercados institucionais são o PNAE e o PAA e suas especificidades (MARQUES; PONZILACQUA, 2022), o qual foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, em 2021. Contudo, nos últimos anos ocorreu uma desestruturação das políticas públicas no Brasil. O desmoronamento dessas políticas é salientado por Bauer et al. (2012, p.35), como sendo “uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área e reduz o número de instrumentos de políticas utilizados e/ou diminui a sua intensidade”.

Entre as circunstâncias que aconteceram que resultaram no desmonte de diversas políticas públicas no contexto da agricultura familiar, está o projeto de lei 3292/2020, que retirou a prioridade de aquisição para alimentação escolar de produtos provenientes de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas no contexto do PNAE. A medida provisória nº 1.061/2021, que instituiu o Programa Alimenta Brasil, o qual substituiu o PAA. As ações judiciais que impactaram os programas de forma negativa, como

a Operação Agrofantasma³. Assim como, se faz alusão à fragilização dos programas devido os cortes orçamentários (SAMBUICHI *et al.*, 2019; PERIN *et al.*, 2021).

Mesmo em virtude desses fatos, a formação da cooperativa que antecede esses acontecimentos facilitou a participação das famílias nos programas governamentais. Além disso, a COPERJUNHO já distribuiu seus produtos para algumas entidades como: Associações de pais e mestres de escolas municipais, asilos, unidade de Associação de pais de Laranjeiras do Sul, creches, unidades terapêuticas e entidades religiosas (COCA, 2015).

Diante disso, a luta e o trabalho coletivo articula o direito à educação e ao conhecimento, visto que a criação da cooperativa constituiu o caminho para se tornar uma potência na região e fomentou o acesso dos trabalhadores às políticas públicas, o que corroborou no incremento da renda e qualidade de vida, com a produção de alimentos de base agroecológica e comercializados nas feiras promovidas (IPEA, 2016).

Tendo isso em vista, a COPERJUNHO conseguiu a permanência de seus agricultores no campo, o que condiz com a organização e articulação de seus cooperados, onde ampliaram as possibilidades, a partir de políticas públicas que priorizam o desenvolvimento rural e as oportunidades de acesso à mercados. Contudo, as demandas ainda são muitas, onde o empenho constitui o foco dos cooperados para seguir promovendo o desenvolvimento sustentável por meio da produção, industrialização e comercialização.

Segundo Conterato *et al.* (2011) destaca, a habilidade de gerência dos produtores baseado em uma releitura sobre a realidade que retrata o papel e a posição dos mercados. Nesse desenho de agricultura aderido pela COPERJUNHO, tendo o produtor como principal elemento no processo agroecológico, ela fortalece sua identidade como agricultor, ao mesmo tempo em que está suscetível às tendências e variações que o mercado proporciona.

Nota-se uma movimentação pela qualificação dos jovens, visto a dedicação gradativa com o funcionamento do processo produtivo conforme as carências do mercado. A procura por essa qualificação foi evidenciada na gestão da COPERJUNHO (ASTURIAN; MARTINS, 2021). Essa disposição se concebe por meio de depoimentos realizados que configuram o fortalecimento da identidade agricultora nas esferas produtivas e do modo de vida, através do reflexo dos cursos proporcionados pelo Pronera, no contexto dos Projetos de

³A operação agrofantasma teve o objetivo de apurar crimes suspeitos de desvios de verba pública, sistema produtivo e entrega de alimentos simulados realizados por agentes da conab e produtores e organizações beneficiados do programa. A ação foi significativa, mas acarretou danos entre os envolvidos e no próprio PAA. O aconteceu conforme Triches e Grisa (p.20, 2015) foram articulações organizativas na qual, "na necessidade de cumprir os contratos, os agricultores muitas vezes não conseguiam ter a totalidade do produto para entrega e assim recorriam a outros agricultores ou então, em acordo com a instituição compradora, entregavam outro produto similar no mesmo valor".

Assentamento. O exemplo disso é a COPERJUNHO, através do desempenho de seus dirigentes que foram capacitados em atividades dessa política pública (ESMERALDO; MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2017).

Percebe-se a participação do grupo de jovens no processo de constituição e gerência da cooperativa como resultado direto e indireto dos cursos realizados a campo pelo Pronera no assentamento, sobretudo pelos filhos dos assentados (ASTURIAN; MARTINS, 2021). Conforme dados do Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II Pnera), foram executados 17 cursos pelo Pronera no estado do Paraná, em acordo com a Superintendência Regional do Incra, entre os anos de 1998 e 2011, dentre esses, quatro foram de Educação de Jovens e Adultos (EJA) fundamental, oito no ensino médio e cinco no ensino superior (IPEA, 2016).

Assim, os cooperados envolvidos na agricultura familiar, mostram a representatividade dessas relações com a sociedade de maneira direta e indireta, considerando a trajetória do assentamento e da cooperativa e as percepções dos que integram esse contexto. As mudanças que poderiam ser concretizadas por meio da Agroecologia e que podem trazer à sociedade benefícios mútuos, acreditando na possibilidade de reverter a agricultura convencional, reinventar os pacotes tecnológicos de forma que os agricultores aprimorem seus conhecimentos e desenvolvam novas técnicas na produção familiar, se predispondo a vinda de novas tecnologias, sobretudo, valorizar a disseminação do saber, pela socialização e troca de saberes através das organizações sociais, se fazendo de maneira participativa, assim como a COPERJUNHO constituiu ao longo do tempo.

Contudo, para entender melhor os entraves enfrentados e os fatores limitantes que culminaram em sua paralisação por tempo indeterminado, conforme ressalta um dos entrevistados mais antigos do assentamento e que integrava a cooperativa em sua total funcionalidade, a grande visibilidade que ela atingiu durante seu funcionamento efetivo enquanto cooperativa, infelizmente está em tal situação, por distintas circunstâncias. Todavia, elas são consideradas pelo produtor como significativas, como apontado no seguinte trecho:

A cooperativa foi bom[...] teve visibilidade[...] tinha uma época em que a cooperativa era reconhecida no estado[...] mas a gente resolveu parar [...] nós só criamos a cooperativa porque na época a associação não poderia emitir nota fiscal pra gente fazer venda[...] agora dá[...] então, por isso a gente parou a cooperativa e voltou a trabalhar como associação porque o custo é simplificado, barato, não tem muito imposto[...] praticamente nada[...] e a cooperativa não[...] o mesmo imposto que paga por exemplo a Coamo que é uma das maiores do Brasil... nós aqui era quase a mesma

coisa[...] então a gente parou a cooperativa mais nesse sentido[...] não porque faliu e tá falida... então já tem um tempo que a gente tá trabalhando mais como associação... a cooperativa ainda tem algumas pendências de imposto. Agricultor 4.

Segundo o entrevistado, a cooperativa foi criada para atender uma demanda burocrática para atingir o alcance necessário que suas atividades exigiam, contudo, os problemas que surgiram levaram a sua interrupção. Desse modo, em dias atuais, os agricultores passaram a atuar em forma de associação pelos processos simplificados e pela redução de custos:

A COPERJUNHO hoje funciona como se fosse associação[...] ela foi criada como cooperativa, atendendo uma demanda que precisava de nota[...] a partir de agora as associações também podem fornecer também nota fiscal[...] a gente migrou pra associação, por causa da questão burocrática e por ser muito mais barata pra imposto[...] a cooperação é uma coisa bem complicada... as pessoas querem participar da parte boa. Agricultor 4.

Como seguimento desse contexto, o entrevistado ainda ressalta as principais dificuldades enfrentadas pela organização em sua trajetória relacionadas à condução das políticas públicas alcançadas e falhas na administração, apontando estas implicações no trecho a seguir:

Eu acho que a gente mantinha a cooperativa encima dos projetos institucionais (PAA, PNAE) e isso dificultou, devido não ser uma venda que tem o ano inteiro, tem os períodos[...] então, ela cresceu bastante, chegamos a ter 15 a 20 com carteira assinada. E a grande dificuldade foi na minha avaliação é: chegava dezembro, janeiro e fevereiro[...] não tinha venda e, era bem no período que tinha décimo terceiro, férias para os funcionários que é um direito de receber[...] então, a cooperativa passou a ter dificuldade de fazer esses pagamentos... então, buscar recursos é caro[...] então, acho assim que essa foi das principais dificuldades[...] talvez, administrativa[...] por falta de experiência. Agricultor 1.

Por conseguinte, em outra passagem ele ainda relata como os acessos a mercados institucionais foram imprescindíveis na escoação da produção, garantindo um retorno à organização através dessa política alcançada, sendo um fator determinante para o grupo com interesses em comum:

A gente procurou pelo mais fácil que seria o mercado institucional, a gente tinha uma garantia[...] o PAA era melhor ainda porque daí nos entregava nas escolas, no SOS, asilo e outras entidades[...] e o programa era muito

bom, por exemplo nos fazia um projeto de meio milhão[...] o governo depositava em uma conta aqui já esse valor e, conforme a gente ia fazendo as entregas... entregava as notas e o governo ia liberando o dinheiro[...] então tinha essa garantia que o dinheiro tava ali. Agricultor 1.

Porém, o entrevistado levanta a situação que em certos momentos essa política foi insuficiente em sua atuação, visto a demora no serviço público em validar as compras institucionais da organização, o que acarretou em dificuldades financeiras para o coletivo e limitações de funcionamento, assim como ele explana na seguinte afirmação:

Outra dificuldade foi que teve época em que a gente levava mais de um ano para receber uma nota do município[...] mas a gente tem que pagar funcionário, tudo né[...] então essas dificuldades[...] então, a gente trabalhou muito nessa lógica[...] depois que começou os problemas[...] teve também disputa[...] mas foi um aprendizado. Agricultor 1.

Sobre a assistência técnica recebida, o entrevistado relata que foi um processo complicado, já que as recomendações dos técnicos demandavam recursos que muitas vezes eram escassos para a aplicação em suas propriedades, porém, estavam cientes da importância no contexto de desenvolvimento rural, insuficientes para a difusão necessária das bases agroecológicas e para o envolvimento de todos nos processos da organização. Além disso, enfatiza as demandas burocráticas em relação ao preenchimento de relatórios, nos quais, tinha-se uma significativa complexidade e tempo necessário para atender tais ações solicitadas:

Tinha [...] eu tenho algumas críticas nessa questão, apesar que ela é muito importante, mas eu acho que tinha muito dinheiro para assistência técnica, mas não tinha recurso nosso (para cumprir com as sugestões e recomendações do profissional que visitava as propriedades)[...] ai fica como "insistência técnica", tem que ter recurso, nós sabemos disso[...] Às vezes tinha que ficar, trabalhava um dia na propriedade... tinha que ficar dois dias escrevendo relatório, fazer bem bonito[...] se não[...] não recebia[...] complicado né. Agricultor 1.

Nesse cenário, observamos que mesmo entre tantas oportunidades e desafios, o cooperativismo é um instrumento de gestão eficiente para os pequenos agricultores, dado que sob a perspectiva socioeconômica, ele promove o alcance dos agricultores a mercados, sobretudo os institucionais. Do ponto de vista social, as cooperativas têm realizado um amplo esforço para possibilitar melhorias nos sistemas produtivos, com aparato dos recursos

naturais. Contudo, a continuidade das mesmas está atrelada à sua capacidade de adequação frente aos entraves que o cenário enfrenta (GIAGNOCAVO; GALDEANO-GÓMEZ; PÉREZ-MESA, 2018), como temos por exemplo o desmoronamento das políticas públicas da agricultura familiar.

Portanto, através de um contexto cooperativo e as nuances ocorridas ao longo do tempo, se evidencia que a cooperação entre os indivíduos, ainda assim permitiu e enfatizou como a agricultura familiar pode se configurar como promotora de um desenvolvimento rural sustentável, sobretudo dentro de assentamentos rurais.

Considerações finais

Na reconfiguração dos meios produtivos através da Agroecologia, a agricultura familiar não é considerada como um problema, mas como uma perspectiva no segmento do desenvolvimento rural. A partir dessa racionalidade da categoria, levando em consideração a produção endógena sustentável, a organização abriu possibilidades de dispensar a dependência do mercado de insumos, de maneira que, pudessem ingressar de forma mais eficiente em processos específicos mercantis, como a produção orgânica.

A produção orgânica da COPERJUNHO evidenciou um cenário onde o mercado gradualmente se mostrou instável, o que, de certo modo, acabou acarretando em variações econômicas comerciais, influenciando e afetando os distintos aspectos da realidade estrutural da organização e que, a partir disso, moldaram o panorama agroecológico da cooperativa e suas perspectivas.

Podemos constatar que a COPERJUNHO fomentou o diálogo e os princípios de uma agricultura sustentável avançando juntos. A começar pela perspectiva que o assentado adquire, ao se identificar com as bases agroecológicas através de um segmento educativo, a percepção de que pertence a algo significativo a sua vida como agricultor, e que lhe dá um meio de trabalho e renda. A manifestação desse contexto é concretizada por vias simbólicas específicas, sejam elas através de uma linguagem informal ou atributos ecológicos que caracterizam tal sistema produtivo, assim como a constituição de uma marca que simboliza tal empreendimento e a sua missão em um contexto de bases sustentáveis.

Contudo, a organização apontou adversidades que causaram a sua instabilidade e, até a sua interrupção por tempo indeterminado para funcionar como associação, pois foi uma forma menos burocrática que os agricultores encontraram para se manter diante de entraves políticos e socioeconômico, dado a falta de recursos próprios para a produção, atrasos de pagamentos institucionais (nesse caso a prefeitura), que provocaram atrasos em pagamentos de funcionários, e na própria dinâmica produtiva e, atender prazos e outras demandas ficaram inviáveis. Assim como, as reestruturações nas políticas

públicas no meio rural e os desmontes sobre as mesmas estão diretamente ligadas á esse cenário.

Além do que, a falta de conhecimento visto a baixa escolaridade dos agricultores, de tempo devido à dedicação às atividades da propriedade e adequação as regras em preencher relatórios institucionais, isso foi uma prerrogativa marcante na fala de um dos agricultores, pois salienta que a instituição Estado não capacita, tampouco mobiliza instrumentos facilitadores para que agricultores tenham capacidade de atender as exigências no preenchimento dos relatórios.

No entanto, para driblar as nuances adversativas desse contexto, a organização adotou uma forma de comercialização para escoar sua produção e se manter estável, como a constituição de cestas de produtos orgânicos como forma de garantir a compra de produtos de qualidade, embasados na confiabilidade de produtores da região e com consumidores cientes de sua procedência, sendo, sobretudo, de uma produção agroecológica.

Na cooperativa, essa demonstração da produção orgânica foi materializada através de rótulos. Então, nesse desenho de produção orgânica, há significativos componentes que devem ser analisados e entendidos conforme a necessidade. E assim compreende-se o slogan "Alimentação saudável" em rótulos dos produtos da organização como simbologia desse cenário, posto que os produtos têm sua ilustração visual própria.

Referências

AMORIN, J. **Assentamento 8 de Junho**: 20 anos de lutas, resistência e produção de alimentos. MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). 2017.

ARAÚJO, A. L. de O.; GUIMARÃES, D.; TABOAS, P. D. M. Z. **Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que logram a regularização como produtores orgânicos**: uma estratégia de monitoramento ao Planapo. In: SAMBUICHI et al. (org.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

ASSUNÇÃO, P. E. V.; WANDER, A. E. Mercados institucionais e agricultura familiar: uma análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Goiatuba, Goiás. **Revista Científica Agropampa**, v. 2, n. 2, p. 191-205, 2019.

ASTURIAN, R.; MARTINS, S. R. Reflexões sobre a produção orgânica, organização familiar, juventude na perspectiva agroecológica da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Laranjeiras do Sul/PR). In: ZONIN, V. J e KROTH, D. C (Orgs). **Juventude rural e sucessão familiar**. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 365 p.

BAUER, M. W.; JORDAN, A. GREEN-PEDERSEN.; C.; HÉRITER, A. (Ed.). **Dismantling public policy: Preferences, strategies, and effects.** OUP Oxford, 2012.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).** 2016. Disponível em:<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimentosustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/control-social-rpo>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

CABRAL, R. de F. **Ideias e atores sociais: os programas estaduais de aquisição de alimentos da agricultura familiar.** 2021. 169f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

COCA, E. L de F. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesa do assentamento “8 de Junho”, em Laranjeiras do Sul - PR. **Revista IDEAS**, v. 9, n. 1, 2015.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 2016. 360f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2016.

CONTERATO, M. A.; NIERDELE, P. A.; RAMDOSKY.; SCHNEIDER, S. **Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. Os atores do desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes.** Porto Alegre: UFRGS, p. 67-90, 2011.

CÓRDOBA, D.; SELFA, T.; ABRAMS, J. B.; SOMBRA, D. Family farming, agribusiness and the state: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 57, p. 147-156, 2018.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. III Encontro Nacional de Agroecologia: Carta Política. Juazeiro (BA): ANA, 2014.

ESMERALDO, G. G. S. L.; MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998-2011). **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 569-585, 2017.

DIEDRICH, G. E., BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, p. 230-255, 2021.

FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

GIAGNOCAVO, C.; GALDEANO-GÓMEZ, E.; PÉREZ-MESA, J. C. Cooperative longevity and sustainable development in a family farming system. **Sustainability**, v. 10, n. 7, p. 2198, 2018.

GRISA, C.; CHECHI, L. Narrativas sobre sustentabilidade, produção orgânica e agroecologia nas políticas públicas de desenvolvimento rural do Brasil. **Retratos de assentamento**, v.19, n.2, p. 125-166, 2016.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2022. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/laranjeiras-do-sul/panorama>. Acesso em: 30 Jun. 2024

IFOAM. INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS; FiBL – **RESEARCH INSTITUTE OF ORGANIC AGRICULTURE**. The World of Organic Agriculture: Statistics & Emerging Trends 2020, 2020.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Painel dos Assentados**. Incra nos Estados- Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2016. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 23 abr. 2021.

IPEA. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária**: pesquisa qualitativa no estado do Paraná. Relatório de Pesquisa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2016.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no Ministério da Agricultura**, 2020.

MARQUES, F. J.; PONZILACQUA, M. H. P. Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional. **Revista Katálýsis**, v. 25, p. 498-506, 2022.

MEDEIROS, R. M. V.; FIORENTIN, M. **Desenvolvimento rural transformações sócioespeciais e assentamento no Rio Grande do Sul**. In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (orgs). Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, p. 145-157, 2015.

MOURA, I. F. de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.)

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

MOURA, D. A.; MONTEIRO, L. C.; SCHIFFLER, T. C.; DELGROSSI, M. E.; Reflexões sobre a prática da agricultura orgânica e o desenvolvimento sustentável: estudo de caso. **Grifos**, v. 32, n. 60, p. 1-19, 2023.

MOREIRA, J. G.; BECKER, C. Implantação de um sistema participativo de certificação orgânica pelos assentados da reforma agrária: o caso da OCS cerro do Munhoz em Santana do Livramento (RS). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.28, p. 1-16, 2018.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. *In*: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para um nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PAIXÃO, M. V. **Sentido e participação na atividade de panificação das mulheres do empreendimento econômico solidário 8 de Junho sob a ótica da Teoria Social da Aprendizagem (Tese de doutorado).** Universidade Positivo, Curitiba - PR, 2014.

PERIN, G.; ALMEIDA, A. F. C. S.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H. R. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Texto para discussão, n. 2691, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021.

SAMBUICHI, R. H. R.; KAMINSK, R.; PERIN, G.; MOURA, I. F.; JANUÁRIO, E. S.; MENDONÇA. D. B.; ALMEIDA, A. F. C. S. **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar:** modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Texto para discussão n° 2482, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2019.

SANTOS, L. P.; SCHMIDT, C. M.; MITHÖFER, D. Impact of Collective Action Membership on the Economic, Social and Environmental Performance of Fruit and Vegetable Farmers in Toledo, Brazil. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 8, 2020.

SCHWAB, P. I.; MORAES, J. L. A.; CORRENT, A. R. Sistemas agroalimentares sustentáveis: a produção familiar e a comercialização local de alimentos orgânicos em Rolante-RS. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v.19, p.143-166, 2022.

SIMÃO, L. **Políticas públicas e dinâmicas dos mercados institucionais:** o caso da COOPAFI-FB e dos agricultores familiares agroecológicos. Especialização em realidade brasileira. Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul-PR, 2023.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. **The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina?** International Review of Public Policy. 2:1 | 2020.

SILVA, F. C. da.; ANTONIO, L. S.; ANA, H. M.. Public policy on the family farming sector in Brazil: Towards a model of sustainable agriculture. **African Journal of Agricultural Research**, v. 13, n. 33, p. 1719-1729, 2018.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, ano 18, n. 26, 2015. Edição especial.

TORRENS, A. C. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 197, p. 189-204, 2013.

ZAREMBSKI, M. T. **A importância dos mercados institucionais no município de São Domingos SC:** no âmbito dos jovens agricultores. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Agronomia) - Federal da Fronteira Sul - UFFS. Chapecó. 2015.